

**CS PEÇAS**  
CAMINHÕES - ÔNIBUS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ

Secretaria de Administração

SETOR DE LICITAÇÕES

A/C SR. PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ	
PROTOCOLO GERAL	
N.º	1467/2019
Para:	CS Peças
Em	29.05.19
Chefe Protocolo	

REF.: PREGÃO PRESENCIAL 21/2019

**C. S. COMÉRCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS - LTDA**,  
pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob nº de CNPJ  
10.471.999/0001-00, com sede na Rua João Zanol, 980,  
Bairro Ana Rech, na cidade de Caxias do Sul – Rio  
Grande do Sul, nesse ato representado por seu advogado  
Mauricio Balbinotti Ferrari, brasileiro, solteiro, portador da  
OAB-RS 104.238, com endereço profissional supra.

DA TEMPESTIVIDADE. Inicialmente, comprova-se a  
tempestividade destas razões, dada que a sessão pública foi realizada no dia  
24 de maio de 2019, tendo sido, portanto cumprido o prazo previstos na Lei  
8.666/93 e Decreto Federal nº: 5450/2005.

**FATOS:**

O empresa que interpõe razões é pessoa jurídica de  
direito privado situada no endereço supra. O respeitável julgamento das razões  
interposto, recai neste momento para sua responsabilidade, o qual a empresa  
RAZOANTE confia na lisura, na isonomia e na imparcialidade a ser praticada

Rua João Zanol, 980 - Bairro Ana Rech  
Caxias do Sul- Rio Grande do Sul  
cspecas@gmail.com  
(54) 3536.6040

nf



no julgamento em questão, buscando pela proposta mais vantajosa para esta digníssima administração, onde a todo o momento demonstraremos nosso **Direito Liquido e Certo** e o cumprimento pleno de todas as exigências do presente processo de licitação.

## 2- DO DIREITO PLENO AS RAZÕES

A Razoante faz constar o seu pleno direito as Razões ao Recurso Administrativo devidamente fundamentado pela legislação vigente e as normas de licitação.

A Razoante solicita que o Ilustre Sr Pregoeiro e esta douta comissão de Licitação, conheça o RECURSO e analise todos os fatos apontados, tomando para si a responsabilidade do julgamento.

### Do Direito as RAZÕES:

(...)

XVIII – declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação da razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos; Decreto N° 5.450/2005, Artigo 26.

## 3- DOS FATOS:

A RECORRENTE motivou na data de 24 de maio de 2019 o seu interesse em apresentar razões.

Rua João Zanol, 980 - Bairro Ana Rech  
Caxias do Sul- Rio Grande do Sul  
cspecas@gmail.com  
(54) 3536.6040

MF



# **CS PEÇAS**

CAMINHÕES - ÔNIBUS

O recurso apresentado pela RECORRENTE, é o não cumprimento do edital por parte das demais empresa que participam do certame, o que demonstra, claramente, conforme vamos demonstrar, um profundo desconhecimento do diploma editalício, bem como dos princípios basilares do procedimento licitatório.

A RAZOANTE é uma empresa séria, que, buscando uma participação impecável no certame, preparou sua documentação e propostas em rigorosa conformidade com as exigências do edital, provando sua plena qualificação para esse certame, porém foi considerada desclassificada vez que não havia um folder no envelope da proposta.

Ocorre porém que tal exigência não encontrava-se no edital,, em especial não encontrava-se na parte de classificação do edital.

Os motivos para a desclassificação estão sendo fundamentadas em uma base extremamente frágil, e errônea, visto que todo processo deveria seguir o entendimento da Lei 8.666. Ademais, em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (arts. 3º e 41 da Lei nº 8.666/93), a regra é que os licitantes apresentem documentação capaz de refletir, desde logo, o atendimento das condições estabelecidas pela Administração no edital.

A verificação de condições de aceitação dos documentos apresentados em licitações públicas deve ser feita com observância dos requisitos que se prestam à sua finalidade, contudo, sem apego exagerado às formalidades e rigorismos literais que possam iludir ou desviar os agentes

Rua João Zanol, 980 - Bairro Ana Rech  
Caxias do Sul- Rio Grande do Sul  
cspecas@gmail.com  
(54) 3536.6040

MF

# CS PEÇAS

CAMINHÕES - ÔNIBUS

administrativos responsáveis pela condução dos certames dos propósitos fundamentais do procedimento, dele afastando ofertas válidas e participantes qualificados. O que deve importar na licitação pública, data vênica, é a substância das coisas e não o rigorismo dos atos.

Assim, no caso em tela, restaram presentes os documentos habilitatórios com as exigências contidas no edital, bem como comprovada a aptidão da impetrante para a execução do objeto licitado, qualquer outro documento acessório, eventualmente não incluso, constitui mero vício formal, sem qualquer repercussão na esfera de direito dos participantes.

Além do mais, foi feita a interpretação das normas do edital em favor da ampliação da disputa e da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Neste sentido é conveniente trazer à baila também os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade que regem as licitações e para tanto socorremo-nos das precisas lições de Marçal Justen Filho:

"A Administração está constrangida a adotar alternativa que melhor prestigie a racionalidade do procedimento e seus fins. Não seria legal encampar decisão que impusesse exigências dissociadas da realidade dos fatos ou condições de execução impossível. O princípio da proporcionalidade restringe o exercício das competências públicas, proibindo o excesso. A medida limite é a salvaguarda dos interesses públicos e privados em jogo. Incumbe ao Estado adotar a medida menos danosa possível, através da compatibilização entre os interesses sacrificados e aqueles que se pretende proteger. Os princípios da proporcionalidade e razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância dos defeitos. Sob esse ângulo,

Rua João Zanol, 980 - Bairro Ana Rech  
Caxias do Sul- Rio Grande do Sul  
cspecas@gmail.com  
(54) 3536.6040

PF



# CAMINHÕES - ÔNIBUS

as exigências da Lei ou do Edital devem se interpretadas como instrumentais..." (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. São Paulo: Dialética, 2000).

Não há como negar que a finalidade maior do processo licitatório é a aquisição da melhor proposta a ser obtida pela Poder Público, mediante disputa a ser desenvolvida entre interessados, que devem ser tratados, em todo o decorrer do certame, de forma isonômica. Entretanto, os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade devem ser observados, posto que, em eventual infração ao instrumento convocatório, mostrando-se mínima, o interesse da Administração deve prevalecer em detrimento do excesso de formalismo.

No presente caso, os documentos solicitados na fase de habilitação, que demonstram a sua aptidão para a execução dos serviços, constam do processo licitatório, não cabendo a sua exclusão em face de qualquer alegação que não conste na tomada de preços. Toda solicitação de documentação posterior trata-se, portanto, de uma questão formal, a qual não inviabiliza a essência jurídica do ato, sendo dever da Administração considerá-lo como válido o ato, aplicando o princípio do formalismo moderado. A essência de tal princípio é representada pela presença dos erros ou vícios formais, os quais podemos definir como aqueles que, mesmo caracterizando infração ao instrumento convocatório, e até mesmo a textos normativos, não ofendem à essência do interesse que a forma visa exteriorizar.

Conforme preceitua o professor Carlos Pinto Coelho Mota em sua obra "Eficácia nas Licitações e Contratos - Estudos e Comentários às Leis 8666/93 e 8987/95":

Rua João Zanol, 980 - Bairro Ana Rech  
Caxias do Sul- Rio Grande do Sul  
cspecas@gmail.com  
(54) 3536.6040

MF



# **CS PEÇAS**

## **CAMINHÕES - ÔNIBUS**

"Falhas formais, portanto, são aquelas decorrentes de atos impróprios, ilegais, praticados pela Administração ou por parte de quem com ela se relaciona, mas que não afetem ou digam respeito ao seu conteúdo, isto é, como o próprio nome diz, são de mera forma. Não maculam a essência do ato praticado ou da manifestação realizada. (...). **Uma falha formal identificada na documentação ou proposta dos licitantes, por exemplo, não significa que o licitante deva ser inabilitado ou a sua proposta desclassificada**".

Nossa jurisprudência já tem farta gama de decisões que repudiam o excesso de formalismo nas licitações públicas, das quais destacamos as seguintes:

REEXAME NECESSÁRIO. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. INABILITAÇÃO LICITANTE. ILEGALIDADE CONFIGURADA. PROVA DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO. EDITAL. CAPACIDADE TÉCNICA SUPERIOR OU IGUAL A DO OBJETO LICITADO. COMPROVADA. **RIGORISMOS MERAMENTE FORMAIS**. AFASTAMENTO. SENTENÇA MANTIDA EM REEXAME. NECESSÁRIO. (Reexame Necessário Nº 70050455146, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Arno Werlang, Julgado em 14/08/2013). (TJ-RS - REEX: 70050455146 RS, Relator: Arno Werlang, Data de Julgamento: 14/08/2013, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 22/08/2013).

REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. INABILITAÇÃO. FORMALISMO EXCESSIVO. AFASTAMENTO QUANDO MERA IRREGULARIDADE DETERMINA LIMITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA. INTERESSE PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO, NA ANÁLISE DE DIVERSAS PROPOSTAS, GARANTINDO A COMPETITIVIDADE, SEM OFENSA À MORALIDADE E IGUALDADE ENTRE OS PARTICIPANTES. APLICAÇÃO DO FORMALISMO MODERADO. Os termos do edital não podem ser interpretados com rigor excessivo que acabe por macular a própria finalidade da licitação, restringindo a concorrência e prejudicando a possibilidade de que a Administração Pública analise todas as propostas passíveis de conhecimento ao tempo do certame, ou

Rua João Zanol, 980 - Bairro Ana Rech  
Caxias do Sul- Rio Grande do Sul  
cspecas@gmail.com  
(54) 3536.6040

44





seja, apresentadas por concorrentes que, à época da habilitação, apresentavam as condições estabelecidas no edital. Aplicação do princípio doutrinário do formalismo moderado no procedimento licitatório. CONCESSÃO DA ORDEM MANTIDA EM REEXAME NECESSÁRIO. (Reexame Necessário Nº 70059171025, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marilene Bonzanini, Julgado em 23/04/2014).

**Ementa:** APELAÇÕES CÍVEIS E REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. SERVIÇO DE COLETA SELETIVA DE LIXO E DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. INABILITAÇÃO. PRESENTE VIOLAÇÃO DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO. FORMALISMO EXCESSIVO. RECEBIMENTO DA APELAÇÃO COM EFEITO SUSPENSIVO. QUESTÃO JÁ ANALISADA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. Caso em que é nula a cláusula editalícia que exige, para fins de comprovação da capacidade técnica, a apresentação de contrato de locação de veículos registrado em cartório de documentos, uma vez que tal exigência não tem o condão de demonstrar a necessária qualificação técnica da empresa licitante. Descabe o formalismo excessivo nas licitações, consubstanciado na necessária vinculação ao instrumento convocatório, pois o procedimento administrativo tem por finalidade a obtenção da melhor proposta para a Administração e, sem ofender a isonomia, o formalismo deve ser moderado. O pedido de efeito suspensivo ao recebimento da apelação está precluso, pois o tema já foi analisado nos autos do agravo de instrumento nº 70067150540. APELAÇÕES DESPROVIDAS. MANTIDA A SENTENÇA, EM REEXAME NECESSÁRIO. UNÂNIME. (Apelação e Reexame Necessário Nº 70068296250, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: João Barcelos de Souza Junior, Julgado em 25/05/2016).

Porém é de conhecimento público que a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital ao qual se acha estritamente vinculada.

Rua João Zanol, 980 - Bairro Ana Rech  
Caxias do Sul- Rio Grande do Sul  
cspecas@gmail.com  
(54) 3536.6040





O edital, neste caso, torna-se lei entre as partes, assemelhando-se a um contrato de adesão cujas cláusulas são elaboradas unilateralmente. Este mesmo princípio dá origem a outro que lhe é afeto, qual seja, o da inalterabilidade do instrumento convocatório. Em sendo lei, o Edital com os seus termos atrelam tanto à Administração, que estará estritamente subordinada a seus próprios atos, quanto às concorrentes – sabedoras do inteiro teor do certame.

De fato, em regra, depois de publicado o Edital, não deve mais a Administração promover-lhe alterações até findo o certame, proibindo-se a existência de cláusulas ad hoc, salvo se inverso exigir o interesse público, manifestamente comprovado. Trata-se de garantia à moralidade e impessoalidade administrativa, bem como ao primado da segurança jurídica.

A Administração e as licitantes ficam restritas ao que lhes é solicitado ou permitido no Edital, quanto ao procedimento, à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. Todos os atos decorrentes do procedimento licitatório, por óbvio, vincular-se-ão ao contrato.

Malgrado a obrigatoriedade da vinculação e a obediência à formalidade que será estabelecida nos certames, os Tribunais vêm entendendo pela relativização do formalismo procedimental, mormente sobre a sua aplicação em excesso.

Focando na premissa de que toda licitação deve ser em busca da contratação mais vantajosa para a Administração, seria inviável, para a perfeita contratação administrativa, a adoção de formalidades inúteis, tanto

Rua João Zanol, 980 - Bairro Ana Rech  
Caxias do Sul- Rio Grande do Sul  
cspecas@gmail.com  
(54) 3536.6040







quanto a total liberação para que, com critérios subjetivos, o administrador contrate da forma que melhor o aprouvesse, assim, pois, a falta de formalismo.

As leis e princípios que cingem os processos licitatórios, bem como a contratação, neste caso especialmente o da Vinculação ao Instrumento Convocatório, ressalvam a liberdade para a Administração definir suas condições, entretanto, concomitantemente, estrutura-lhes de modo a restringir a discricionariedade a determinadas etapas.

A exigência da vinculação do administrador não é absoluta, sob pena de quebra da competitividade. Com essa inteligência, vêm os Tribunais abrandando o princípio do formalismo procedimental, quando se tratar de mera irregularidade:

"EMENTA: DIREITO PÚBLICO. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. VINCULAÇÃO AO EDITAL. INTERPRETAÇÃO DAS CLÁUSULAS DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO PELO JUDICIÁRIO, FIXANDO-SE O SENTIDO E O ALCANCE DE CADA UMA DELAS E ESCOIMANDO EXIGÊNCIAS DESNECESSÁRIAS E DE EXCESSIVO RIGOR PREJUDICIAIS AO INTERESSE PÚBLICO. POSSIBILIDADE CABIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA PARA ESSE FIM. DEFERIMENTO".

O Edital, no sistema jurídico-constitucional vigente, constituindo lei entre as partes, é norma fundamental da concorrência, cujo objetivo é determinar o objeto da licitação, discriminar os direitos e obrigações dos intervenientes e o Poder Público e disciplinar o procedimento adequado ao estudo e julgamento das propostas.

Rua João Zanol, 980 - Bairro Ana Rech  
Caxias do Sul- Rio Grande do Sul  
cspecas@gmail.com  
(54) 3536.6040

WF



O procedimento licitatório é um conjunto de atos sucessivos, realizados na forma e nos prazos preconizados na lei; ultimada (ou ultrapassada) uma fase, preclusa fica a anterior, sendo defeso, à Administração, exigir, na (fase) subsequente, documentos ou providências pertinentes àquela já superada. Se assim não fosse, avanços e recuos mediante a exigência de atos impertinentes a serem praticados pelos licitantes em momento inadequado, postergariam indefinidamente o procedimento e acarretariam manifesta insegurança aos que dele participam.

O formalismo no procedimento licitatório, como já visto anteriormente, não significa que se possa desclassificar propostas eivadas de simples omissões ou defeitos irrelevantes.

O STF já exarou sobre esta questão. Vejamos:

"EMENTA: LICITAÇÃO: IRREGULARIDADE FORMAL NA PROPOSTA VENCEDORA QUE, POR SUA IRRELEVÂNCIA, NÃO GERA NULIDADE." (STF, ROMS nº 23.714-1/DF, 1ª T., Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJU 13.10.2000)

Fato é que a Recorrente cumpriu em todos os aspectos as exigências do item e não teria qualquer motivo para ser desclassificada.

#### 4- DA SOLICITAÇÃO :

Dado o julgamento exato que foi deferido por essa nobre Pregoeira, conforme demonstramos cabalmente em nossa explanação, solicitamos que essa Administração considere como classificada a Empresa CS Comércio de Peças para Veículos e por fim atente-se aos Cadastros

Rua João Zanol, 980 - Bairro Ana Rech  
Caxias do Sul- Rio Grande do Sul  
cspecas@gmail.com  
(54) 3536.6040

HF





Nacionais de Pessoa Jurídica das demais empresas que participam do certame pois ambas não atendem os parâmetros do edital, sendo a Empresa Simone Terra de Freitas uma empresa de comércio varejista e a Empresa Vequipar comércio de veículos Especiais Eireli um comércio a varejo de automóveis.

E é na certeza de poder confiar na sensatez dessa Administração, assim como, no bom senso da autoridade que lhe é superior, que estamos interpondo estas razões, as quais certamente serão deferidas, evitando assim, maiores transtornos.

Desta forma solicita-se:

- A habilitação da Empresa CS Comércio de Peças LTDA;
- A desclassificação das empresas Simone Terra de Freitas e Vequipar Comércio de veículos Especiais Eireli devido aos Cnaes (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) incompatíveis com o objeto da presente Licitação.

Nestes Termos, Pedimos Bom Senso,  
Legalidade e Deferimento.

Caxias do Sul, 29 de maio de 2019.

**C. S. COMÉRCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS - LTDA**

Rua João Zanol, 980 - Bairro Ana Rech  
Caxias do Sul- Rio Grande do Sul  
cspecas@gmail.com  
(54) 3536.6040



CARVALHO & FERRARI  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** C.S. COMÉRCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS – LTDA, situada na Rua João Zanol 980, Bairro Ana Rech, CNPJ 10.471.999.0001/00, nesse ato representada por seu administrador João Paulo Sturmer, brasileiro, empresário, portador do CPF 376.510.480-91, com endereço profissional na Rua João Zanol 980, Bairro Ana Rech.

**OUTORGADAS:** LUIZ RICARDO DE CARVALHO, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RS sob nº 101.410 e MAURÍCIO BALBINOTTI FERRARI, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RS sob nº 104.238, ambos com escritório profissional a Rua Garibaldi, nº 680, sala 702, bairro Centro, na cidade de Caxias do Sul – RS.

**PODERES:** O outorgante nomeia e constitui o outorgado seu bastante procurador, onde com este se apresente, outorgando-lhe os necessários poderes para representá-lo em juízo ou fora dele, em qualquer ação em que for autor, réu, assistente ou oponente, podendo tudo praticar, requerer, assinar, com poderes para transigir, desistir, reconvir, concordar, discordar, ratificar, retificar, receber quantias e intimações, bem como promovê-las, dar quitação, oferecer queixa crime, acompanhar quaisquer processos em todos os termos ou instâncias representar perante qualquer repartição, autarquia ou órgão federal, estadual ou municipal, inclusive quebra de sigilo bancário, firmar qualquer compromisso, podendo ser de inventariante e ainda, praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao integral cumprimento ao mandato, para o que confere os mais amplos poderes, bem como os contidos na cláusula *ad judicium*, podendo substabelecer, no todo ou em parte, com ou sem reserva, tudo nos termos do artigo 105 do Novo Código de Processo Civil.

**FINES ESPECÍFICOS:** Representar a empresa C.S. COMÉRCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS – LTDA em todo e qualquer interesse da mesma em processos licitatórios.

Caxias do Sul, 07 de novembro de 2018.

  
C.S. COMÉRCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS – LTDA



## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 27.975.953/0001-21 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 07/06/2017	
NOME EMPRESARIAL VEQUIPAR COMERCIO DE VEICULOS ESPECIAIS EIRELI			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ELPLAST COMERCIO DE PLASTICOS			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 45.11-1-02 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 33.29-5-99 - Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente 45.11-1-01 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos 45.20-0-07 - Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)			
LOGRADOURO R OLIVEIRA VIANA		NÚMERO 3567	COMPLEMENTO
CEP 81.670-090	BAIRRO/DISTRITO BOQUEIRAO	MUNICÍPIO CURITIBA	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO SOCIAL@CONTPUSCURITIBA.COM.BR		TELEFONE (41) 3016-6771 / (41) 9690-0054	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 07/06/2017	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 28/05/2019 às 15:21:49 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

## Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto a RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

 <b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>		
<b>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</b> 19.551.971/0001-58 <b>MATRIZ</b>	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO</b> <b>CADASTRAL</b>	<b>DATA DE ABERTURA</b> 20/01/2014
<b>NOME EMPRESARIAL</b> SIMONE TERRA DE FREITAS 55880622053		
<b>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</b> TERRABREU COMÉRCIO EM GERAL		<b>PORTE</b> ME
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</b> 47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação		
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</b> 47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos 47.59-8-01 - Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios 47.63-6-04 - Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping 47.63-6-03 - Comércio varejista de bicicletas e triciclos; peças e acessórios 47.73-3-00 - Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos 47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas 47.55-5-03 - Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo 81.30-3-00 - Atividades paisagísticas 47.89-0-08 - Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem 47.56-3-00 - Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática		
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</b> 213-5 - Empresário (Individual)		
<b>LOGRADOURO</b> R FRANCISCO EMILIO MULLER	<b>NÚMERO</b> 2121	<b>COMPLEMENTO</b> FUNDOS
<b>CEP</b> 95.600-458	<b>BAIRRO/DISTRITO</b> JARDIM DO PRADO	<b>MUNICÍPIO</b> TAQUARA
<b>UF</b> RS		<b>TELEFONE</b> (51) 9710-0111
<b>ENDEREÇO ELETRÔNICO</b> mnabreu@ig.com.br		
<b>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)</b> *****		
<b>SITUAÇÃO CADASTRAL</b> ATIVA		<b>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</b> 20/01/2014
<b>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b> *****		
<b>SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****		<b>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 28/05/2019 às 15:18:52 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar